



O Príncipe e o Patriarca

Leonardo Rosa

Graduado em Filosofia – (UFJF)

Membro do Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos – (UFJF)

prospervs@gmail.com

Resumo: A partir de “O Príncipe” de Nicolau Maquiavel (1569-1527), obra inaugural do conhecido - realismo político – e base do moderno pensamento político, pretende esta comunicação traçar uma breve comparação e paralelo com alguns elementos presentes no Príncipe e suas práticas com as do Patriarca constantes nas obras “O ogro filantrópico” (1979) de Octávio Victor Paz, “O outono do patriarca” (1975) de Gabriel García Márquez no contexto do patrimonialismo através dos conceitos sociológicos de Max Weber (1846-1920).

Palavras chave: Política; Maquiavel; Estado; Weber, patrimonialismo; patriarcalismo; poder.

1. NICOLAU MAQUIAVEL

“Como o compreenderiam? Ele escreve contra os bons sentimentos em política, mas é também contra a violência. Desconcerta tanto aqueles que crêem no direito como os que crêem na razão de Estado, já que tem a audácia de falar em virtude no momento em que fere

duramente a moral comum. É que ele descreve esse nós da vida coletiva em que a moral pura pode ser cruel e a política pura exige algo como uma moral. Aceitaríamos um cínico que nega os valores ou um ingênuo que sacrifica a ação. Não gostamos desse pensador difícil e sem ídolo”.⁸⁴

Nasce em Florença em 1469 no dos mais singulares momentos da história que seria conhecida como a Renascença italiana, período fundador e marco da modernidade que na recém fundada Idade Média será marcada pelo desenvolvimento do capitalismo, o surgimento do estado moderno, a revolução científica - deslocando o eixo do teocêntrico para o antropocêntrico – e que se expressará intensamente na arte, filosofia e com a Reforma, modificará para sempre os rumos da civilização ocidental.

É filho de Bernardo, advogado, comerciante e proprietário de pequenas propriedades rurais além de um entusiasta estudioso das humanidades negociando obras raras com livreiros onde emprestava e alugava os que estavam na moda. Sua formação intelectual é favorecida, já aos 7 anos estudando latim e “freqüentando embora não se saiba ao certo uma universidade ou academia; Paulo Gióvio (1483-1552) afirma em suas Máximas: teria completado sua formação clássica na Universidade de Florença com Marcelo Adriani, que veio a ser o Primeiro Chanceler no governo formado após a queda de Jerônimo Savonarola (1452-1498)”⁸⁵ e assim, “se sua família não era abastada nem pertencia à alta aristocracia, mantinha bom relacionamento com alguns dos círculos humanistas mais relevantes”⁸⁶ da cidade de Florença do Cinquocento.

Nesse ambiente doméstico e cidadão das cidades-repúblicas de uma Itália dividida (daí “Estados italianos” ao invés de Itália), imersa em conflitos no Cinquocento e na efervescência da città em que se respiravam as novas idéias na consciência de um novo tempo diferente de todos os demais com o surgimento das academias (imitando as de Platão na Atenas de então) e, encontrando em tão limitado espaço cidadão o studdio de Andrea Del Verrocchio (1435-1488) rival de Donatello na estatuária de bronze e que teria como discípulo Leonardo Da Vinci (1452-1519) - com quem teria trabalhado num projeto para desviar o

84 PONTY, M-M. Signos. 1ª edição. São Paulo, Martins Fontes: 1991 – p. 237.

85 NEDEL, J. Maquiavel – Concepção antropológica e ética. 1ª edição. Porto Alegre, Edipucrs, 1996.

86 SKINNER, Q. Maquiavel. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

curso de um rio ⁸⁷ - e também influenciaria Michelangelo (1475-1564) entre outros, os avanços científicos como na anatomia de Vesalius (1514-1564), a arquitetura de Felippo Brunelleschi (1377-1446) e Donato Bramante (1444-1514), mais tarde Galileu Galilei (1564-1642) e as diversas casas e famílias nobres no mecenato de artistas, pensadores e estetas como os Orsini, Este, Ferrara, Sforza, Pazzi, Bórgia e os Médici ⁸⁸ que governam a cidade de Florença então, centro cultural e político da Toscana.

Em junho de 1499, Maquiavel foi confirmado o Segundo Chanceler da República de Florença, isso talvez sob a proteção do mesmo Adriani e influência dos amigos humanistas de seu pai, no movimento de preenchimento dos cargos administrativos da cidade que os humanistas realizavam no governo anti-Savonarola que então se formava. Exerce a Segunda Chancelaria (equivalendo nos dias atuais a chefia das relações exteriores) liderando missões a cortes de países como França, Alemanha e Suíça além das relações entre outras cidades italianas, mantendo sempre informada a Signoria (o conselho dirigente da cidade).

Nesse período tem a oportunidade de presenciar o conflito que se inicia entre o novo Papa Júlio II e que sob Alexandre VI, tivera de viver exilado por 10 anos não cumprindo a promessa com o filho de seu inimigo, ao não nomeá-lo comandante de seus exércitos: - César Bórgia (1475-1507) dos Bórgia, natural da Espanha, o modelo que impressionará Maquiavel em sua vida e o tomará como modelo para o Príncipe.

Será um escritor e missivista prolífico escrevendo poesias; Primeira decenal, 1504-1506, O asno de ouro, 1517, discursos; Discurso ao Magistrado dos Dez sobre a situação de Pisa, 1499, peças de teatro; A Madrágora, 1513-1520, obras e tratados políticos e militares; A Arte da Guerra, 1513-1520, O Príncipe, 1513, de filosofia política Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, 1513-1520, além de obras históricas como História de Florentinas, 1520-1526; inacabada e A vida de Castruccio Castracanni de Luca, 1520, entre outras.

A obra “O Príncipe” surgirá num momento de exílio da própria cidade natal, em Sant’Andrea in Percussina, distando cerca de 20 km de Florença da qual estava recém liberto e sôfrego das torturas na prisão, devido à falsa acusação nas tramas políticas em que fora envolvido na queda e retorno dos Médici ao governo da cidade. Na sucessão dos

87 MASTERS, R. D. Da Vinci & Maquiavel: Um sonho renascentista – De como o curso de um rio mudaria o destino de Florença. 1ª edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1999.

88 HALE, J. R. Dicionário do Renascimento italiano. 1ª edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 1988.

acontecimentos, sofreria um revés e após breve retomada à cena e estaria pouco depois definitivamente alijado da vida política apesar das tentativas de retorno chegando a dedicar a obra (intencionando dizem seus estudiosos em recolocar-se no círculo de poder do novo governo), “O Príncipe” a Lorenzo de Médici – o Magnífico - sendo por ele ignorada até a sua morte doente, alvejado por críticas, deixando poucos bens à família em 1527, aos 58 anos.

Contudo, o reconhecimento de sua contribuição à história das idéias políticas e particularmente a unificação italiana, quando então seria aclamado como uma dos grandes idealizadores da pátria italiana (que se daria muito tempo depois no século XIX), pode ainda hoje ser atestada na sua última morada ladeado de outros tantos seus conterrâneos célebres na Igreja de Santa Croce na amada Florença, onde estão inscritos: Tanto nomini nullum par elogium. (Nenhum epitáfio pode igualar-se a tão grande nome).⁸⁹

2. O PRÍNCIPE

Escrita durante seu exílio forçado no espaço de poucos dias – quando anda estava redigindo - *Discursi*⁹⁰ – do qual teria interrompido para a produção desta obra que lhe dará celebridade e terá na história uma recepção diversa e sempre intensa, tendo feito uma referência a ela em carta a seu amigo Francesco Vettori como a um “livrinho” que compusera tratando dos principados. Decerto é das raras obras literárias que fomentaram tantas polêmicas e acaloradas discussões ao longo dos séculos e mesmo ainda hoje. Dos diversos sentidos interpretativos que ganharam a obra, podemos destacar duas gerais e principais:

- Maquiavel como uma espécie de demônio e o livro obra diabólica (tanto no sentido religioso como no metafórico).
- Maquiavel como um gênio “incomparável e inovador, pioneiro das verdadeiras leis da política”⁹¹ e que faz através dela, uma denúncia a favor dos ideais republicanos dos quais defende.

89 SKINNER, Q. Op. Cit., p.134.

90 MAQUIAVEL, N. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. 4ª Edição. Brasília, UnB: 1994.

91 PINZANI, A. Maquiavel & O Príncipe. 1ª edição – Filosofia * passo-a-passo 46. Rio de Janeiro, Jorge Zahar: 2004 – pp. 49 e 50.

Há dificuldade na leitura e estudo das obras políticas de Maquiavel por não se tratar de um pensador e autor sistemático, não desenvolvendo uma teoria política rigorosa como as presentes nas clássicas da tradição da filosofia política como em Platão (428 – 347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), dos utópicos contemporâneos como Thomas Morus (1477-1535), François Rabelais (1483-1553), Francis Bacon (1561-1626) ou Tomas Campanella (1568-1639) no que como bem disse o filósofo alemão Max Horkheimer “a utopia do Renascimento é a secularização do Céu da Idade Média”⁹² menos ainda como nas de um método científico de tipo orgânico como fará Thomas Hobbes (1588-1679) com seu *Leviatã* (1651) nem tampouco tratados políticos como os de John Locke (1632-1704).

Maquiavel não é um metafísico, mas um “físico” (no sentido pré-socrático do termo), se detendo nas investigações no exterior do sujeito humano no âmbito da ação sobre as coisas, acontecimento sociais e históricos e não na sua interioridade subjetiva como René Descartes (1596-1650), Vincenzo Gioberti (1801-1852) escreveu “Maquiavel é o Galileu da política”⁹³ e nesse mesmo sentido expressa Ernst Cassirer (1874-1945): “assim como a dinâmica de Galileu se tornou a base da ciência da natureza, a obra de Maquiavel lançou as bases de nova modalidade de ciência política”⁹⁴.

A ele se prestam mais historiadores antigos gregos e romanos como Políbio, Tucídides, Xenofonte, além de Tito Lívio com quem “dialoga” diretamente na composição dos *Discursi* de onde extrai seus muitos exemplos do que filósofos presentes na tradição desde então.

O livro se constitui de 26 capítulos ricos em referências que evidenciam o profundo e vasto conhecimento humanístico e histórico de Maquiavel, embora se apresente semelhante às de “auto-ajuda” de nossa época com as devidas diferenças em forma e conteúdo, retratando os aspectos dessa dinâmica que hoje poderíamos classificar (sempre atentos quanto ao risco do anacronismo e consciente de fazer aqui uma interpretação atualizada e direcionada ao propósito deste artigo) como o propriamente político (capítulos I, II, III, IX, X, XIV, XXII, XXIV, XXV, XXVI), histórico-militar (V, VI, VII, VIII, XII, XIII, XX), político-religioso (XI)

92 HORKHEIMER, M. *Historia, metafísica y escepticismo*. Madrid: Alianza, 1982 – p. 92.

93 Apud NAMER G. *Maquiavel ou as origens da sociologia do conhecimento*. 1ª edição. São Paulo, Cultrix: 1982 - p.7.

94 CASSIRER, E. *O mito do estado*. 1ª edição. São Paulo, Códex: 2003.

e psico-sociológico (XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXIII).⁹⁵

Portanto, nele encontramos um manual com conselhos práticos e instruções para ação, de modo a influenciar a realidade e não teorizar sobre ela é o seu propósito, se valendo para isso dos exemplos dados pelos grandes homens de todas as épocas: “um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens.”⁹⁶

Interessa a Maquiavel a “verità effettuale della cosa”⁹⁷ isto é, como as coisas acontecem de fato e não como deveriam ser ou acontecer, eis aqui a definição básica do que é o - realismo político - portanto não mais o idealismo pelo qual a política se fazia nas tantas retóricas e diversos discursos que não iam além das aparências e palavras na prática cotidiana. Nesse sentido, pode-se considerar O Príncipe historiograficamente como uma obra pertencente ao gênero dos manuais para soberanos (comum na Idade Média e Renascimento), todavia uma leitura se fará sempre superficial no que só poderá ser de fato entendida no seu último capítulo com a “exortação a tomar a Itália e liberta-la das mãos dos bárbaros.”⁹⁸

Para o propósito deste artigo, destaco em particular no paralelo comparativo os capítulos XIV (Os deveres do príncipe para com seus soldados), XV (As razões pelas quais os homens, especialmente os príncipes são louvados ou criticados), XVI (Liberdade e parcimônia) e XVII (A crueldade e a clemência, se é preferível ser amado ou temido) e as proposições centrais como a separação entre a moral e a política, a virtù mais os elementos que ao longo da obra caracterizam o príncipe e seu modus operandi.

3. ÉTICA: WEBER E MAQUIAVEL

A prática da dupla moral (ou da moral separada da política) na obra de Maquiavel, “sugere uma correspondência com as duas categorias éticas propostas por Max Weber (1864-1920) na sua distinção entre ética da convicção (Gesinnungsethik) e ética da responsabilidade (Verantwortungsethik) ao menos em suas grandes linhas.”⁹⁹

Assim se a ética da convicção “é atribuída aos empresários calvinistas que na

95 MAQUIAVEL, N. O Príncipe. 3ª edição. Brasília, UnB: 1980.

96 Ibidem Idem. – p. 21

97 Verdade efetiva da coisa.

98 Idem Ibidem. – p. 68.

99 Apud NEDEL, J. Op. Cit. – pp. 65 e 66.

América do Norte cuja fé de inspiração religiosa vinculava a dependência da salvação no seu modo de atuação no mundo, trabalhando com eficiência segundo sua vocação imersos na austeridade e fomentando assim o “espírito do capitalismo”, a escolha desses meios nesta ética, depende dos valores, sendo sua máxima: obre de acordo com o bem, sem preocupação com os resultados e efeitos colaterais da ação. O eventual fracasso é imputado à insensatez do mundo, que não captou a nobreza da causa”.¹⁰⁰ “Pelo visto, trata-se de uma ética acósmica, a-histórica, descontextualizada, indiferente às particularidades conjunturais; razão por que não corresponde de todo à ética da tradição, que não é indiferente aos resultados da ação e às circunstâncias em que ela transcorre. Já segunda forma de ética distinguida por Weber, a ética da responsabilidade, caracterizando o ator político e fazendo-o levar em conta as conseqüências previsíveis de sua ação, segundo os fins independentemente dos valores, restringida ao cálculo para os melhores meios para a realização de fins predeterminados. “Esta racionalidade ética, que é uma racionalidade segundo valores”.¹⁰¹ Assim “embora a racionalidade estratégica presente nas instituições formalizadas, burocráticas e impessoais singularizando o capitalismo atual secularizado, avesso a motivações religiosas importa considerar que para Weber a ação política não é meramente técnica, embora nela predomine a ética da responsabilidade sem a exclusão da ética de convicção.”

Considerando a ótica de Maquiavel, “evidencia que a ação do príncipe deve guiar-se pela ética da responsabilidade, ou seja, da racionalidade estratégica, que só atenta para a adequação técnica dos meios aos fins predeterminados, sem consideração dos valores morais. O fim é que orienta a ação política, justificando quaisquer meios, inclusive eticamente reprováveis - desde que necessários à obtenção do resultado pretendido.”¹⁰²

Assim ética e política ficam separadas.

4. ESTADO, PATRIMONIALISMO

Se para Weber o Estado é entendido como “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território”¹⁰³ há

100 WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Pioneira/UnB: 1981.

101 Cf. NEDEL, J. Op. Cit. - p.66.

102 Passim.

103 Cf. RODRÍGUEZ, R. V. Patrimonialismo e a realidade latino-americana. Rio de Janeiro, Documenta Histórica Editora: 2006 - p. 11.

de considerarmos nesta definição implícitos, mas evidentes os elementos como o “uso legítimo da força” na constituição do Estado, considerando que o conceito de Estado (stato) para o florentino era diverso do que hoje compreendemos mas possuindo uma acepção que se aplica ao conceito weberiano (no sentido de manutenção), este naturalmente mais próximo da atual compreensão do mesmo onde o elemento do - uso da força - se faz relevante.

Já “o patrimonialismo caracterizado por Weber como forma de dominação tradicional em que o soberano organiza o poder político de forma análoga ao poder doméstico”¹⁰⁴ e assim centrando na figura do patriarca que lhe dinamiza o funcionamento segundo uma estrutura parental de modo a facilitar o controle de suas ações na administração indo “além fronteiras domésticas”, conserva os aspectos de irracionalidade com “traços privatizantes da autoridade unipessoal” e “do direito costumeiro, sendo que no âmbito patrimonial, como frisa Weber, a submissão pessoal ao senhor ‘garante como legítimas suas normas precedentes’”¹⁰⁵ logo, equivale dizer de serem estas suas práticas políticas para a manutenção do poder.

Reforço aqui que no âmbito patrimonialista como frisa Weber, ocorrer a “submissão pessoal ao Senhor” no “seu caráter centrípeto que conduz a pôr em prática medidas tendentes à concentração e à perpetuação do poder unipessoal do monarca.”¹⁰⁶

E é quando surgem as questões: “em que condições se submetem aqueles e por quê? Em que justificativas internas e em que meios externos se apóia essa dominação?” que se pode em particular, pelos meios externos, o príncipe de Maquiavel do patriarca de Weber.

Ademais, “isso leva à valorização no contexto patrimonialista, das funções administrativas apropriadas e controladas pelo soberano, como instrumentos que garantem seu poder.”¹⁰⁷

5. PATRIARCA

Originalmente o conceito de patriarca o situa como chefe de família entre os povos antigos, velho venerado e cercado de uma família numerosa, chefe de família exemplar, designação comum aos primeiros instituidores de algumas ordens religiosas.¹⁰⁸

104 Passim.

105 Passim.

106 Passim.

107 Idem Ibidem, p.44.

108 HOLANDA, A. B. Novo Aurélio – século XXI – O dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Nova

A partir do que caracteriza Weber em sua sociologia quanto “tipos de dominação que não se materializam, enquanto tais, mas que podem caracterizar, em maior ou menor grau, misturando-se, as concreções históricas do Estado” destaco das 3 – racional, tradicional – a carismática, da qual o príncipe tanto quanto o patriarca se revestem.

Se na pessoa do príncipe não ocorrem elementos de sentimento e afetividade familiar, marcantes no patriarca, tornando-os distintos conceitual e socialmente além de distantes temporalmente no contexto da análise sócio-político, a aproximação se opera quando de suas formas de ação e o sentido delas no mundo.

IN COMUM

O que terão afinal o príncipe e o patriarca *in comum*?

O bem público, o bem privado: O príncipe - o valor imperativo é o do patrimônio em detrimento a tudo mais, sendo ele em última instância a própria razão que o constitui no contexto social das relações onde se para Maquiavel os homens “esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio.”¹⁰⁹

O patriarca - o mesmo patrimônio seria um bem tal como um “filho” que lhe pertence bem como tudo e todos, a eles se dirigindo como pertences diluindo quaisquer limites e distinções que separam o bem comum de todos e o seu próprio, pessoal e de interesse exclusivo.

Para conquistá-lo e mantê-lo, ambos se tornam apesar dos contextos diferentes históricos e sociais em que estão inseridos, semelhantes quando não, iguais mediante certas práticas e situações e toda a obra de Gabriel García Márquez – “O outono do patriarca” - (editora Record) é o exemplo maior.

Natureza humana: O príncipe - “os homens nascidos numa província conservam através dos tempos uma natureza muito parecida” e “se comprazem tanto em suas próprias coisas e de tal modo se iludem, que raramente se defendem dos adutores, tem menos receio

Fronteira: 1999.

109 Idem Ibidem, p. 45.

de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer.”¹¹⁰

O patriarca - se importa por essa “natureza parecida” dos homens enquanto ele é apenas parte de um todo, sem nada que o torne distinto e capacite a uma oposição de qualquer natureza e assim, não ameaçar seu poder unipessoal e a estabilidade do – seu – Estado que o incorpora e ele por sua vez, o personifica.

O povo: O príncipe - ele “constitui-se somente numa massa passiva privada de vontade própria, um instrumento nas mãos de quem sabe utilizá-lo – nesse caso, o príncipe estrangeiro ou os barões locais.” E “como os homens se ligam mais ao seu benfeitor se recebem o bem quando esperam o mal, nesse caso, o povo se torna mais rapidamente favorável ao príncipe do que se ele tivesse sido conduzido ao principado graças ao seu apoio.” Segundo Maquiavel, “é necessário ao príncipe ter o povo como amigo; caso contrário, não terá remédio na adversidade”.¹¹¹

O patriarca - o povo se torna uma massa que ao ser manobrada (com recursos midiáticos mais recentemente entre outros expedientes) o legitima no poder, onde através das manobras que fundamentam as medidas e práticas como o tão atual “populismo” em que figuram entre as instabilidades e riscos desse “controle” os arquétipos e mitos de “salvadores” da pátria, líderes revolucionários e libertários entre outros.

Virtù, tradição e carisma: O príncipe - se a virtù (que nada tem de virtude no sentido etimológico e menos ainda com a virtude cristã) que é o “conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se a fortuna e conseguir a honra, glória e fama”¹¹²

O patriarca – segundo a conceituação weberiana, podemos constatar que tanto o patriarca quanto o príncipe, detém os tipos de dominação tradicional e carismática, onde os elementos que caracterizam a virtù, estão presentes, assim como nos muitos personagens históricos e ficcionados na literatura de Octávio Víctor Paz e Gabriel García Márquez.

Estado e o político: O príncipe e o patriarca aqui muito se assemelham, apesar da idéia de Estado ser distinta. Contudo cito de Octávio Paz um pequeno trecho que se presta a ambos: “O caudilho é heróico, épico: é o homem que está além da lei, que cria a lei. O presidente é o homem da lei: seu poder é institucional. Os presidentes mexicanos são

110 MAQUIAVEL, N. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. Brasília, UnB: 1994.

111 Idem, Ibidem, p. 47

112 Op. Cit. NEDEL, J. p. 41.

ditadores constitucionais, não caudilhos. Têm poder enquanto são presidentes; e o seu poder é quase absoluto, quase sagrado. Porém, devem seu poder à investidura. No caso dos caudilhos hispano-americanos, o poder deles não vem da investidura, eles é que dão poder à investidura.”¹¹³

E em “Maquiavel... sacraliza o próprio político. O príncipe é o construtor de um mundo: lá onde existia somente um caos, universo humano disperso, rivalidade de indivíduos, esfacelamento da Virtude, ele realiza um universo sagrado. Para Maquiavel, ele evidentemente se apropria dos atributos de Deus.”¹¹⁴

Aparências: O príncipe - “Colocou ali, então, messer Remirro de Orço, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes. Em pouco tempo, Orco pacificou e uniu.” Porém os rigores desse funcionário “havam gerado um certo ódio” contra Bórgia, que “quis mostrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro.” Portanto, “aproveitando-se da ocasião, uma certa manhã mandou que o cortassem ao meio em praça pública, tendo ao lado um bastão de madeira e uma faca ensangüentada.” Ao fazer isso, Bórgia alcançou duplo efeito: “A ferocidade daquele espetáculo fez o povo ficar, ao mesmo tempo, satisfeito e estarecido.”¹¹⁵

O patriarca – o personagem de Patrício Aragonés¹¹⁶ - ilustra perfeitamente a prática do jogo de aparências para se perpetuar no poder, fugindo aos atentados dos inimigos onde se preservando, ludibriando o povo com as performances de um sócia, tal como um útil alter-ego político a aparência se firma aqui num modo contrário ao artil narrado acima por Maquiavel como útil recurso, que podemos encontrar de modo e grau variado na história.

Ou como diz o florentino: “No que diz respeito as tradicionais virtudes aristotélicas ou cristãs, o príncipe não precisa possuí-las verdadeiramente. Deve, antes, causar a impressão de possuí-las.”¹¹⁷

Conclusões

113 PAZ, O. V. O ogro filantrópico. 1ª edição. Rio de Janeiro, Guanabara: 1989 – p.30.

114 DUVERNOY, J. F. Para conhecer o pensamento de Maquiavel. 1ª edição. Porto Alegre, L, P&M: 1984 – p. 98.

115 Idem Ibidem, p. 49

116 MÁRQUEZ, G. G. O outono do patriarca. 1ª edição. Rio de Janeiro, Record: 1982.

117 Idem Ibidem, p. 37.

As obras constantes na bibliografia sobre o Patrimonialismo na Literatura Latino Americana do Ibérica - Grupo de estudos interdisciplinares ibéricos e íbero-americanos são a semelhança de uma das interpretações de “O Príncipe”, uma denúncia contra a privatização do público, a dominação dos patriarcas (que também príncipes) da pátria não como país, mas antes como propriedade particular, solapando que faz um Estado forte que assim se caracteriza por suas instituições políticas que zelam pela res pública de e para todos, e não os páter-famílias que transformam tudo, exclusividade para poucos.